

PROBLEMAS DE MENSURAÇÃO NAS CONTAS NACIONAIS

Sílvia Helena G. de Miranda
Profa. Associada ESALQ/USP

Setembro/2016
LES0200 – Contabilidade Social

PROBLEMAS DE MENSURAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS

- **DIFICULDADES TÉCNICAS:**
 - DECORRENTES DA EXISTÊNCIA DE INFLAÇÃO;
 - E DA NECESSIDADE DE COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS.
- **DIFICULDADES OPERACIONAIS:**
 - DEVIDO À EXISTÊNCIA DA ECONOMIA INFORMAL.
- **DIFICULDADES CONCEITUAIS:**
 - EXISTÊNCIA DE ATIVIDADES NÃO MONETIZADAS;
 - ATIVIDADES RELACIONADAS À PROBLEMÁTICA AMBIENTAL.

DIFICULDADES TÉCNICAS: REAL X NOMINAL

- Quando se analisa uma série de valores, por exemplo,, é preciso ter o cuidado de deflacionar a série para não efetuar comparações de variáveis que são de fato heterogêneas, porque avaliadas em momentos distintos.
- Os ativos oferecem rendimentos a seus proprietários e esse rendimento vai aparecer na contabilidade nacional sob a forma de pagamento a fator; mas o rendimento pode não ser real.
- Necessidade de um índice de preço para estimar a taxa de inflação entre o início e o fim do período e classificar os ativos financeiros em dois grupos: o daqueles que têm seu valor protegido da inflação (títulos indexados), e os que não tem.
- Consequências da inflação para as estimativas que vêm a compor as contas nacionais:
 - moeda: ativo de valor nominal. A contabilidade real deve incluir também a perda do poder aquisitivo dos ativos monetários decorrente da inflação.
 - na conta do governo: adição do imposto inflacionário; nas transferências, transformar juros nominais em reais;

DIFICULDADES TÉCNICAS: COMPARAÇÕES ENTRE PAÍSES

1. Agregados mensurados na moeda doméstica;

- solução: utilizar uma taxa de câmbio;
- problemas:
 - nem todos os bens produzidos em um país são transacionados com os outros;
 - existência de subsídios, de custos diferenciados de transporte e tarifas alfandegárias.
- substituição das taxas de câmbio por taxas de conversão que reflitam as paridades de poder de compra.

2. Diferenças metodológicas: cada país trata da forma que lhe convém a:

- existência de atividades não-monetizadas;
- economia informal ou mercado informal.

DIFICULDADES OPERACIONAIS: A ECONOMIA INFORMAL OU SUBTERRÂNEA

- Atividades de compra e venda e de produção de bens e serviços que não se dão por meio de empresas oficialmente constituídas, e surge o problema de como mensurá-las, isto é, de como incorporar seu valor produzido ao valor do produto agregado.
 - O tráfico de drogas – considerado um desserviço, portanto, não deve ter o seu valor incorporado ao produto;
 - Trabalho dos camelôs: movimentam uma parcela considerável do comércio de mercadorias, mas seu valor não entra no cálculo do produto;
 - “Empresas familiares”: na medida em que suas atividades se confundem com a da própria família, torna-se difícil estimar seu valor produzido;

PESQUISAS SOBRE A INFORMALIDADE

- IBGE, 1999: a economia informal ocupa 25% da População Economicamente Ativa (PEA) e movimentava 8% do PIB. Pesquisa feita em outubro de 1997 nas áreas urbanas de 27 estados e considerou: empreendimentos com até 5 empregados nos quais a economia da empresa se confundia com a da família.
- Outro resultado: o comércio responde pela maior parcela das atividades informais, em cerca de 26%.

Índice de Economia Subterrânea (Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial e FGV)

Tamanho da Economia Subterrânea			
	% PIB	Em Milhões de Reais	
		Reais Correntes	Reais a Preços de 2011
2003	21,0%	357388,7	625365,9
2004	20,9%	405317,3	656466,7
2005	20,4%	438417,5	662326,2
2006	20,2%	478455,2	680935,3
2007	19,5%	518520,1	697048,7
2008	18,7%	566687,5	703205,7
2009	18,5%	599740,0	694321,4
2010	17,7%	668604,5	715196,5
2011	16,8%	695760,5	695760,5

Fonte: ETCO e IBRE/FGV

DIFICULDADES CONCEITUAIS: ATIVIDADES NÃO MONETIZADAS

- Existe ainda uma parcela de atividades econômicas que não passa pelo circuito *bens e serviços – dinheiro – bens e serviços – dinheiro*, ou seja, que não se integra ao fluxo circular da renda;
 - **Exemplos: pequena produção agrícola de subsistência; costureira que faz trabalhos para a família; dona de casa que monta uma pequena loja de doces na garagem e distribui as sobras para os familiares; os serviços domésticos.**
- Como considerá-los do ponto de vista das contas nacionais?
 - aceita-se, convencionalmente, que algumas das atividades não monetizadas tenham seu valor computado no cálculo dos agregados, enquanto outras não tenham. Sendo uma convenção, sua inclusão varia de país para país.
 - **Exemplo: alguns países incluem no cômputo da renda nacional os serviços prestados pelas donas de casa, enquanto outros, como o Brasil, não o fazem**

DIFICULDADES CONCEITUAIS: ATIVIDADES NÃO MONETIZADAS

- Como computar valor das atividades que são não monetárias?
 - **Imputação:** a contabilidade nacional procura estimar o valor monetário das atividades não monetizadas imputando-lhes os valores que elas supostamente teriam se tivessem passado pelo mercado;
 - Consequências:
 - Grau de arbítrio;
 - Nos preços;
 - Sobre qual atividade vai ou não ser considerada no agregado da economia; e
 - Dificuldade nas comparações internacionais.

DIFICULDADES CONCEITUAIS: PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

- Evolução na produção (maior uso de recursos exauríveis) e no consumo (geração de poluição): maior degradação do meio ambiente;
- Do ponto de vista da atividade econômica, podemos englobar todas as pressões ao meio ambiente no conceito de **externalidades negativas**, ou seja, custos decorrentes da atividade econômica que não são valorados pelo mercado. Ou ainda, há uma externalidade negativa quando a atividade de um agente econômico afeta negativamente o bem-estar ou o lucro de outro agente e não há nenhum mecanismo de mercado que faça com que este último seja compensado por isso;
 - Exemplos: poluição dos rios decorrentes de resíduos industriais, a poluição do ar gerada por determinados tipos de indústria, a fumaça produzida por caminhões e a redução das florestas nativas.

DIFICULDADES CONCEITUAIS: PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

- No âmbito da contabilidade social, o grande problema em se considerar as perdas sofridas pelo ambiente está na dificuldade de torná-las mensuráveis em termos monetários;
 - *Falta de consenso sobre valoração;*
- O uso dos recursos naturais interfere de duas maneiras nas relações econômicas (deveria ser computado):
 - *Uso dos recursos como um serviço prestado pelo meio ambiente, portanto, deveria ser pago, como não o é, representa um subsídio à produção;*
 - *O uso dos recursos resulta em custos, que deveriam ser deduzidos do cálculo do produto.*

PROPOSTAS PARA CONTORNAR O PROBLEMA DA VALORAÇÃO DAS EXTERNALIDADES

- Medir as despesas necessárias para se evitar a degradação, restaurar as perdas ou compensar as gerações futuras pelos problemas;
- Investimentos em instalação de equipamentos antipoluentes, despesas de controle e limpeza ambiental, gastos com saúde.
- Uso do conceito de **disposição a pagar**: estimativas acerca do valor das perdas impostas ao meio ambiente, baseando-se na disposição das pessoas em pagar pela redução de tais perdas.
- Alteração na conta de produção ao se deduzir os custos de utilização dos recursos naturais;
- Criação de uma conta adicional para detalhar as perdas impostas ao ambiente pelos processos de produção e consumo.